

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E GABARITO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI faz saber a quem possa interessar o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E GABARITO do CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017 conforme segue:

Questão nº 12 – Matemática – Auxiliar Administrativo

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A média bimestral de Marcelo na disciplina de história é calculado por: $Média = \frac{P_1 + P_2 + P_3 + P_4}{4}$, considerando que após realizar três avaliações a média de Marcelo é 6,0, podemos considerar que a soma das notas das três avaliações já realizadas é 18,0 pontos. Assim temos: $5,5 = \frac{6,0 + 6,0 + 6,0 + P_4}{4}$, efetuamos que a menor nota para P_4 é 4,0.

Questão nº 16 – Conhecimentos Gerais – Auxiliar Administrativo

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A resposta está correta, pois o enunciado da questão pede a principal cultura de lavoura permanente, a soja é uma cultura de lavoura temporária.

Fonte:

http://www.fiergs.org.br/sites/default/files/setor_primario_0.pdf

Questão nº 28 – Conhecimentos Específicos – Auxiliar Administrativo

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O tema da questão Poderes Administrativos consta do conteúdo programático do cargo no anexo I do edital. Recurso não assiste ao recorrente, visto que trata-se de aplicação de doutrina e jurisprudência, conforme abordado na obra de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo: os municípios podem, dentro de sua esfera de atribuições, estipular que o poder de polícia administrativa que lhes compete seja exercido pela guarda municipal, haja vista que a lista de atividades contida no § 8.º do art. 144 da Constituição Federal- o qual autoriza os municípios a "constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei" - não é exaustiva, isto é, o referido dispositivo constitucional "não impede que a guarda municipal exerça funções adicionais à de proteção dos bens, serviços e instalações do município".

Questão nº 29 – Conhecimentos Específicos – Auxiliar Administrativo

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Recurso não assiste ao recorrente, visto que existem várias formas de um contrato administrativo pode ser extinto, tais como: cumprimento do objeto; término do prazo; anulação e rescisão. Quanto a rescisão pode ser unilateral; amigável; judicial e de pleno direito. Conforme a doutrina de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo: A extinção de pleno direito é a que ocorre automaticamente, independentemente de qualquer ato decisório por parte da administração pública, ou de qualquer procedimento especial que precise ser expressamente estabelecido em lei, tal como no caso de falência da empresa ou falecimento do empresário individual.



Rodeio Bonito, em 19 de dezembro de 2017.

JOSÉ ARNO FERRARI
Presidente do CIMAU